



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/04/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Bom dia a todos e todas. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento e de relator do PL 415/2012, relativo ao Plano Educação do Município de São Paulo para o decênio 2011-2020, declaro aberta a sexta audiência pública de 2015 desta Comissão, e a primeira relativa ao PL 415/2012.

Informo que a presente reunião transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas – Registro Escrito.

Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes, membro desta Comissão, e do Vereador Toninho Vespoli, membro da Comissão de Educação. Convido-os para compor a Mesa conosco.

Para participar desta audiência, convidamos a Sra. Emília Cipriano, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação; e, para exposição, o professor Rubens Barbosa de Camargo, da Faculdade de Educação da USP, a quem já agradeço pela disponibilidade. (Palmas) Presente também o representante do Vereador José Police Neto, Presidente desta Comissão, que não pôde participar.

Primeiro, teremos a fala do professor Rubens por até 30 minutos. Depois, a Sra. Emília falará. Após isso, abriremos a palavra para o público, porque se trata de uma audiência pública. Peço à secretaria que colha os nomes das pessoas que queiram inscrever-se para falar nessa segunda etapa. Temos 2 horas de audiência pública, embora estejamos começando com atraso. Tentaremos, contudo, cumprir rigorosamente nossa programação.

Passo a palavra ao professor Rubens Barbosa de Camargo para sua exposição.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – Bom dia a todos e a todas presentes. Cumprimento os componentes da Mesa na figura do Vereador Paulo Fiorilo.

Agradeço a oportunidade de estar nesta audiência pública apresentando alguns dados sobre a questão do financiamento da educação em termos mais amplos e mais

especificamente com relação ao foco da discussão, a questão do público-privado.

Agradeço também a oportunidade de reencontrar o professor Toninho Vespoli, pois, na audiência pública da Comissão de Educação, eu também estive tentando colocar algumas questões sobre financiamento.

O financiamento do Plano Municipal de Educação é assunto de extrema importância. Estou achando extraordinário que em uma quinta-feira pela manhã tanta gente esteja presente em uma audiência pública para discutir esse assunto. Há muita gente aqui interessada e há muita coisa a ser discutida para a elaboração de um Plano Municipal de Educação. Nem a questão do financiamento nem a questão da elaboração de planos de educação no Brasil são algo que atraem multidões; no entanto, hoje encontramos uma plateia enorme. Penso que isso se deve, de um lado, ao próprio esquema do financiamento brasileiro de educação, que passou a contar com uma política de fundos e da necessidade de participação e de acompanhamento do uso das verbas por meio dos conselhos - não vou entrar nessa discussão, mas é muito importante a perspectiva da gestão democrática dos recursos públicos para as redes públicas. De outro lado, isso se deve à discussão recente sobre o Plano Nacional de Educação, que prevê, que os planos estaduais e os planos municipais de educação a serem elaborados no Brasil devem estar alinhados, ou minimamente relacionados para que se tenha de fato uma perspectiva de que a educação conte com uma presença, uma intervenção do Estado com recursos e visando a um crescimento tanto em termos do atendimento quanto da qualidade do serviço a ser oferecido". Por isso, é muito importante essa discussão no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa.

No Brasil, a ideia de planos não é algo muito frequente. Em especial, o plano que teve a maior participação dos movimentos sociais foi o Plano anterior, que continha dois grandes projetos de disputa em termos nacionais, que teve reflexos agora na elaboração do Plano Nacional de Educação. Um dos reflexos é justamente a questão do financiamento. O Plano Nacional de Educação apresenta a necessidade de que o País, em todas as esferas

administrativas - municípios, Estados e União -, investida algo equivalente a 10% do PIB em educação. Isso significa um montante muito grande, e estamos ainda muito distantes disso. Dados mais recentes dão conta de que temos investido algo em torno de 5,5%. Para se chegar a 10% do PIB, todas as esferas – municípios, Estados e União – têm que colocar mais recursos.

Esse percentual seria necessário para termos uma condição de atendimento desde a creche à pós-graduação no Brasil, passando por todos os setores e níveis, etapas e modalidades da educação nacional. Para esse atendimento pleno, há necessidade de recursos.

Temos problemas de falta de vagas no atendimento público, especialmente na educação infantil. Se considerarmos a pré-escola, ainda há um atendimento maior; mas, se considerarmos as creches, veremos que há uma grande defasagem no número de vagas. O fundamental tem um atendimento de 97%, mas na maior parte dos países do mundo há uma oferta de educação de tempo integral. Aqui nós nos conformamos com uma educação de 4 ou 5 horas diárias. Então, temos sim uma defasagem no ensino fundamental. No ensino médio, verifica-se a mesma condição, embora haja também defasagem no atendimento.

No ensino superior temos um grande déficit do atendimento público. Temos dois déficits, o primeiro, de atendimento da educação superior, hoje dividido entre o setor público e o privado, sendo 75% da clientela atendida pelo setor privado e 25%, pelo setor público, seja pelas universidades estaduais seja pelas federais. No caso do Estado de São Paulo, esse percentual aumenta: cerca de 85% da clientela do ensino superior atendida pelo setor privado.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – A quem se interessar, esse material de imagens está à disposição no laptop da Casa. Nele estão alguns dados nos quais estou me baseando para algumas afirmações breves, pois o tempo não tem permite aprofundar esses dados.

Basicamente, a pergunta é: por que temos que acelerar o uso dos recursos públicos para a educação? Senão, estaríamos defendendo uma ideia como: “Vamos terminar o nosso governo, as nossas responsabilidades, e os próximos que virão que assumam a bucha que virá”. Não, não podemos pensar assim. Quando se pensa em um Plano de Educação – municipal, estadual ou nacional -, há que se olhar para o longo prazo e há que todos fazerem sacrifícios, aplicando os recursos necessários. Vou dizer por quê. Os dados que estou apresentando aqui estão um pouquinho defasados. Eu já os havia atualizado em outro arquivo, mas não o encontrei para trazê-lo. Mas vamos lá.

Peguei alguns países do mundo e fiz a seguinte comparação: quanto cada um gasta com educação em suas diversas etapas e quanto gasta o Brasil em termos de dólar PPP, dado com que o OCDE trabalha, que esse órgão produziu para tornar comparável os diferentes usos dos diferentes países com diferentes moedas.

Quando mexemos com dados de financiamento, sempre temos o privilégio de olhar para trás para poder projetar o futuro, essa é a ideia. E sempre o fazemos em termos de uma série histórica ou em termos de algum indicador, de algum prazo. Peguei os dados de 2002. No caso do Plano Municipal de Educação, o que nos interessa é o ensino fundamental e a pré-escola, ou seja, a educação infantil de modo geral. O dado da creche não está presente nessa estatística, mas da pré-escola sim. Quando verificamos quanto o Brasil gastou nesse ano com a educação infantil, vemos que em 2002 eram gastos 966 dólares PPP. Vejam que aquele dado em amarelo é muito menor do que qualquer um dos outros. Vejam que a média do OCDE em 2002 era de 4 mil.

Em 2008, o Brasil melhorou. Pegando dado mais recente – publicação de 2014, dado de 2012 –, vemos que o Brasil melhorou um pouco mais. Mas o que está acontecendo? De todos os países, o Brasil é que está com o menor gasto.

Vamos pegar só a pré-escola e o ensino fundamental. Na pré-escola, 1.726, sendo que a média da OCDE passou de 4 mil para 6,2 mil. Ora, o que significa isso? Que estamos

andando, e é muito importante avançarmos. Agora, os demais países do mundo também estão andando. Se a gente quer ter educação de qualidade e atendimento a todos, temos que prever essas condições.

Aqui estão gráficos mostrando a nossa média e a média desses países que escolhi.

Dá para perceber que nossos números são bem pequenos.

Em 2008 melhorou, mas os outros países também melhoraram.

Esses são gráficos que mostram o que acontece com esses valores. Minha ideia fundamental era a de que, se não alcançássemos valores fixados pelo OCDE, não teríamos uma educação de qualidade na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio *etc.* Só que, quando montei esses gráficos, cheguei à conclusão de que nunca alcançaremos esses índices, porque o gráfico vai se abrindo e só cruza no tempo negativo. Portanto, dançamos. Se continuarmos com esse nível de investimento, com essa taxa de investimento, nunca alcançaremos uma educação de qualidade.

Pensei: vamos congelar os valores os 2008. Vamos supor que os 30 países mais ricos do mundo não aumentem mais seus investimentos e que o Brasil continue com sua taxa de investimento. Vejam o que aconteceria: o próximo dado apresenta que o Brasil, para a pré-escola, demoraria cerca de 22 anos para atingir a média do OCDE. Seria não um Plano Municipal de Educação, mas dois Planos decenais para atingir essa média.

Quero dizer que se não pensarmos efetivamente em políticas públicas, em como usamos os recursos públicos e em ampliar esses recursos públicos, certamente não há como alcançar uma educação de qualidade para todos e em todos os níveis. Enfatizo que esses dados se referem só a educação básica, *o.k?*

Vamos pegar um primeiro dado internacional, para vocês terem ideia de quanto precisaríamos. Quando falamos em financiamento, algo importante é como se constitui um o fundo público? Uma vez constituído o fundo público, como é que ele será utilizado? Temos então dois problemas: quem paga essa conta hoje e quem irá pagar, e de que forma irá pagar.

A segunda coisa: uma vez constituído o fundo público, para onde ele será destinado, em que ele será gasto. Essa é a ideia do financiamento.

Agora, vamos falar sobre quanto gastam os Estados Unidos e países da Europa. De onde sai o fundo? Como se constitui o fundo público? Na maior parte dos países do mundo, o fundo público se constitui a partir do patrimônio e da renda. No Brasil, a maior parte do fundo público é de caráter altamente regressivo, o que significa que incide sobre o consumo. Os recursos da educação no Brasil são aqueles provenientes dos impostos ou de suas transferências, esse é o fundamento do financiamento da educação. O que ocorre nos demais países do mundo é que eles se preocupam em arrecadar recursos a partir do patrimônio e da renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas. No Brasil, a maior parte dos recursos públicos é arrecadada de forma indireta, o que significa uma condição altamente injusta do ponto de vista de quem contribui. Isso significa que o pobre, proporcionalmente, paga muito mais impostos do que uma pessoa que tem muito mais recursos.

Temos que inverter essa lógica. Estamos em um momento de crise nacional e internacional, e penso que este seria o grande momento de discussão sobre isso, sobre quem tem que pagar essa conta. Porque, a rigor, o que temos no Brasil é que a maior parte dos trabalhadores é que paga a dívida, é que sustenta o Estado brasileiro. Em segundo lugar, quem não paga são aqueles que detêm a maior parte dos recursos: as empresas, as grandes famílias, as grandes fortunas. Darei três exemplos rápidos. Primeiro, o imposto sobre as grandes fortunas sequer é legalizado no Brasil, embora esteja previsto na nossa Constituição. Segundo, a maior dos recursos provém do que consumimos: uma caneta, uma camisa; ou seja, vem do ICMS. Ora, isso torna altamente regressiva a arrecadação e altamente injusta a forma de constituição do fundo público.

Um dado característico disso é o IPVA. Quando falamos nesse imposto, lembramos sempre do nosso carrinho, do quanto recolhemos para o Estado e depois repartido com os municípios. O IPVA é o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. Iates,

helicópteros, aviõezinhos não pagam um tostão sequer de imposto. Por quê? Porque esses caras não querem pagar imposto, embora esses sejam também veículos automotores.

No Brasil, a constituição do fundo público é altamente injusta. Por isso, quando pensamos em financiamento da educação, temos que pensar também em quem paga essa conta e temos que dizer: cada vez mais quem tem que pagar é quem tem mais. O imposto tem que ter um caráter progressivo. Estou falando com base no que acontece nos países mais ricos do mundo, não me refiro a uma perspectiva revolucionária, cubana, nada disso. Estou me referindo a países como os Estados Unidos. Peguem os dados de lá e vocês verão inclusive que a última faixa de imposto de renda é de 35%, e atualizada, o que significa que a gente tem uma constituição pífia que versa sobre quem vai sustentar o Estado brasileiro.

Vamos agora entrar na discussão público-privada. Para quem se interessar, não só os dados como também a bibliografia de base estão disponíveis.

A questão agora é: para onde serão destinados os recursos do fundo público. Claro que o Plano Municipal de Educação como um todo é um espaço de disputa, um tema de disputa, pois todos têm interesse em como vai crescer, onde irá crescer, quem vai crescer e assim por diante. Então, o plano é um espaço de disputa política e econômica, não tenham dúvidas. A disputa é: quem vai utilizar o fundo público da cidade de São Paulo com relação aos setores da educação. Está claro? É essa a discussão de fundo.

Primeiro, a gente tem que ver quantas pessoas a gente vai atender. Se a gente vai pegar por faixa de cor, de idade, a gente vai ver, na faixa de zero a três, a média é de 160 mil. Na faixa de quatro a cinco, 144 mil. Há um efeito de população aí que a gente tem que estudar, mas, na média, cada cor de cada faixinha, zero a um ano, de dois a três anos, etc., tem 150 mil pessoas na cidade de São Paulo. Essa é a ideia, e a média disso é uma tendência de redução, mas como a gente pretende atender e se pretende atender tudo. Essa é uma discussão, porque nenhum país do mundo tem 100% de creche. É uma discussão, porque a gente teria que ter, mas a gente tem algo parecido, entre 70% e 80% do atendimento, e assim por diante.

É que lá tem outras políticas atendidas, a família, mulher e a criança pequena, que não são exclusivamente educacionais. Dá para ver que a média da corte dá algo em torno de 140, 150 mil.

Esses são dados de 2013. Mas de quanto é o atendimento hoje? Hoje, na creche pública, é de 44.800. No setor privado, uma composição daquelas escolas estritamente privadas com a intenção de obtenção de lucro, e a Constituição abre essa possibilidade... E a outra, que seria um processo conveniado com as escolas também privadas, mas que têm um caráter comunitário, filantrópico, confessional, que é o que está previsto na LDB também.

Então, na creche, 55 mil. Somando-se os dois, dá para ver que nós estamos em torno de cem mil, muito distante do que teríamos hoje para atender. Temos que ver, portanto, como será o atendimento a essa faixa etária.

Em 2004, para o setor público, 93 mil; para o setor privado, 2010. Isso significa que quem cresceu no período foi o setor privado, em especial em relação ao atendimento conveniado. Essa é a situação nesse período, em que um cresceu 23% e outro cresceu 123%. Mas como é que pode crescer tanto, por que cresceu tanto? A gente tem que entender esse negócio. Como eu disse, a discussão sobre o uso dos recursos da educação representa uma espécie de disputa, que, na educação brasileira, se dá entre o setor público e o privado. Sempre, desde as décadas de 1930, e até hoje, a disputa pelo financiamento público é entre o setor público e o privado. Então, não tenham dúvida disso, mas a questão é: como se faz para atender isso. É claro que antes tínhamos um setor mais hegemônico da Igreja Católica, mas hoje temos o setor privativo, o setor comunitário e existem diversas nuances que hoje não são mais reguladas exclusivamente pela Igreja Católica; há outros setores que têm interesse nessa disputa. É essa a questão que eu coloco de pronto.

O próximo dado é o da pré-escola. O setor público atendia, em 2004, 275; em 2013, 193. No setor privado, 98 mil e 84 mil. A explicação disso é por que houve mudança na legislação em que, em seis anos, a extensão do ensino fundamental fez com que se

diminuísse, então, esse atendimento nos dois setores. Mas vejam que o setor privado, na pré-escola, diminuiu, mas diminuiu menos do que o setor público. Só para se ter uma ideia da dimensão do que a gente está falando.

Sobre as creches conveniadas, os dados que eu tenho é de 2007 a 2011. Nas particulares, 100%, 25 mil, passando a 42 mil. Confessional, de 1.100 para mais de 1.800. Comunitário, de 2.100 para 4.400. Filantrópico, de 21.800 para 84.900. O que eu estou querendo mostrar para vocês é que aí houve o grande salto de atendimento. Claro que o setor público também cresceu, mas quem cresceu mais não foi ele. Isso foi uma orientação política e se deve a uma condição, da qual não tenho dúvida, da pressão popular por um atendimento maior a essa faixa etária. As mulheres, as famílias querem mais esse tipo de atendimento e os governantes vão lidando como podem diante dessa situação.

No meu modo de ver, o problema é que a gente tem que pensar no Plano Municipal de Educação em longo prazo. A cidade de São Paulo é exemplo de um bom tipo de convênio, que levo como exemplo para outros lugares onde trabalhei e também para demonstrar formas de exigência de como o setor público passa recursos para o setor privado, e uma das formas é o convênio. Apesar de existirem outras, essa é a forma principal no atendimento educacional.

O Município de São Paulo gasta muito mais do que o valor aluno/ano do Fundeb para 2015, mas o Fundeb equaliza o recurso no âmbito do Estado. Comparando, estou querendo mostrar o que significa qual seria a média do Fundeb no Estado para creche e para pré-escola e o quanto se paga, por exemplo, às conveniadas. Para a creche integral, 4.400 e 3.700 para a creche comunitária ou conveniada integral. Há uma diferenciação entre o fundo público e o Fundeb. Com isso, quero dizer que esse valor dividido por 12 resulta em algo em torno de 370 por mês valor/aluno/mês Fundeb no Estado de São Paulo, que é um dos mais ricos do Brasil. Na creche conveniada, resulta em 310, 311 em termos do Fundeb. É só um parâmetro.

Baseando-me na última portaria, à qual tive acesso, o quanto se paga de valor per capita? 545/mês para creches até 60 crianças; com mais crianças, vai acontecendo essa diferenciação. O que estou querendo dizer é que esse valor é maior do que o valor do Fundeb. Só para a gente ter uma ideia, algum parâmetro do que é esse valor aluno/ano.

Há que se pensar, no caso da cidade de São Paulo, como se constitui o seu fundo público. Não tenho dúvida de que, por meio do uso público social da propriedade, poderia haver mais creches e escolas em vários lugares onde há tantos prédios e empresas fechadas. Mas o custo de desapropriação é alto e também se abusa do Poder Público. O que estou querendo dizer é que nós poderíamos tentar usar esse mecanismo constitucional para poder dar conta da demanda, pois o número é altíssimo. No entanto, temos que pensar em longo prazo e, até agora, as políticas apontaram para a seguinte direção: se o público não crescer, cresce o privado. E, como eu já disse a vocês, a disputa, no âmbito do uso dos recursos está aí. Tenho por mim que há diferentes razões para acreditar que o setor privado tem que ser travado nessa condição, pois hoje o atendimento está bom e tem que ficar assim, mas quem tem que crescer em dez anos é o setor público.

Para finalizar a questão, não tenho dúvida de que, quando se pensa no âmbito histórico no qual a gente está vivendo, no cotidiano, no agora e, com a pressão popular por recursos, do setor sindical, do setor das comunidades, a disputa é em cima disso. É uma briga geral e todo mundo sabe disso. A discussão é: para onde vão esses recursos?

Há outras razões filosóficas por que apontar para esse travamento do setor do atendimento comunitário nessa faixa etária especificamente. Nos próximos dez anos, temos que ampliar o atendimento e ampliar a qualidade e ampliar o volume de recursos para atingirmos os 10% do PIB em todas as esferas, e a cidade de São Paulo tem que contribuir. A gente tem que fazer crescer o setor público.

A gente tem que apontar para isso, acontece que a gente pode ter medidas intermediárias para poder chegar a essas condições. Acho que essa seria a proposta mais

interessante quando se pensa nessa relação, nos fundamentos dessa disputa público/privado e para onde que deveriam apontar as nossas legislações.

Para concluir, um último detalhe: como esta é a Casa das leis e de acompanhamento do que é executado, depois de projetados os planos, é por meio dos PPAs – Planos Plurianuais, das LDOs - Leis de Diretrizes Orçamentárias, e das LOAs – Lei de Orçamento Anual que se realizam, materializam esse tipo de coisa. Plano é uma lei genérica que tem em vários governos, mas os PPAs, as LDOs e as LOAs têm que seguir isso, e esta Casa teria que, então, ir nessa direção.

A minha recomendação, para se pensar a questão do financiamento e a relação público/privado nessa discussão atual sobre o Plano Municipal de Educação é essa.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Professor Rubens Barbosa de Camargo. Antes de passar a palavra para a Secretária Adjunta, anuncio a presença da representante da Secretaria de Finanças, Sra. Marina.

Passo, agora, a palavra à Sra. Emilia Cipriano, Secretária Adjunta, por 15 minutos.

A SRA. EMILIA CIPRIANO SANCHES – Bom dia. Eu queria falar do prazer e do significado para nós, da Secretaria Municipal de Educação, momentos desta natureza, porque defendemos muito a discussão da gestão democrática, e este é o momento no qual podemos compartilhar e refletir. Queria agradecer o convite. Na verdade, não vou falar de cada um que compõe a Mesa, mas eu gostaria de fazer uma observação no sentido que tem para mim, como educadora, há muitos anos, ter esse papel como pesquisadora. Neste momento, portanto, me coloco na condição de gestora. Então, é diferente o papel que se ocupa, dependendo do momento em que se está realizando suas reflexões.

A reflexão que eu vou pontuar está pautada numa trajetória que conheço bem inclusive do ponto de vista da construção da minha identidade como profissional. Eu iniciei a minha atividade profissional na década de 80 sendo diretora de uma creche municipal, quando

se ampliou o atendimento às 300 primeiras creches. Eu era do grupo que foi selecionado pelo movimento popular para ser diretor de creche.

Essa questão foi se ampliando, com uma luta, uma mobilização muito grande, e eu não posso deixar de considerar essa questão. Tive o privilégio de, em 2001, participar do movimento de passagem das creches da área da assistência para a área de educação. Por que eu quero recuperar esse movimento? Porque eu sinto que, muitas vezes, nós olhamos para a história da educação infantil e ainda falamos em creche e pré-escola, que na nossa concepção é um equívoco, porque a creche é educação infantil e pré-escola não é pré, para preparar, é escola. Portanto, nós estamos falando de educação infantil, que é outro conceito, é educação de crianças na faixa de zero a seis anos.

- Aplausos na plateia.

A SRA. EMILIA CIPRIANO SANCHES – Isso já mostra como é difícil dialogar sobre essa área, porque ela tem uma especificidade. Na história do nosso país, nós temos conquistas muito relevantes, que vão desde a questão da Constituição, a crianças deixando de ser um sujeito de tutela para ser sujeito de direitos. Depois, toda a discussão da LDB, a educação infantil como primeira etapa da educação básica; a luta para que isso acontecesse foi muito intensa. Depois nós temos todo um movimento de política pública para educação infantil, inclusive instalado pelo MEC. A década de 90 foi extremamente forte nessa direção de programas, de projetos; há um material de grande qualidade construído aí, inclusive os parâmetros de qualidade da educação infantil. As questões passaram a ser só discussão de vagas, de atendimento a um déficit para discutir qualidade. Eu acho que essa já é uma mudança de paradigma bastante significativa. Falava-se apenas no número de atendimento e a questão do direito, muito mais da família do que da criança. Hoje a gente tem muito claro que esse é um direito da criança e é claro que a família tem toda uma contribuição nessa perspectiva, um atendimento, mas isso foi uma mudança que foi se alterando.

Só que, entre discurso de ação – e aqui vem uma questão muito séria –, nós temos

os documentos mais elaborados da educação infantil da América Latina. Posso afirmar isso como uma pesquisadora dessa área. No entanto, as nossas falas ainda estão muito no papel; na essência da qualidade, ainda são necessários muitos avanços. Há aí um fosso muito grande e, nesse fosso, vem uma expectativa, para nós é muito grande, que é pensar sobre como, neste momento em que estamos vivendo, nós vamos falar em qualidade.

Em especial no Município de São Paulo, há a maior rede de creches. Continuo defendendo a educação infantil, mas quero dizer que a defesa inclusive das creches no Fundeb também foi uma luta popular. Eu e muitos que estão nesta sala participamos de uma questão que não era para entrar esse atendimento inclusive no Fundeb, e aí nós fizemos um movimento chamado Fraldas Pintadas. Eu fui uma das que participei, fui para Brasília; levamos bebês, colocamos na entrada do Congresso com as fraldas pintadas para que eles soubessem que nós estávamos falando de seres que existem, porque aí vem uma questão: a defesa dessa faixa etária não é simplesmente a defesa de um argumento em função de um futuro. Criança pequena, quando é levada a sério, o País é levado a sério, porque criança pequena representa toda uma construção epistemológica do ponto de vista de conhecimento; axiológica, do ponto de vista de valores e, principalmente, antológica, pois estamos formando seres. É o momento em que se constitui, e hoje as pesquisas deixam isso muito claro, toda a questão da arquitetura do cérebro ocorre justamente nesse período. Então, nós temos que ter muita profundidade para reflexão e temos que perceber o seguinte: ao mesmo tempo em que nós temos acesso a um universo grande. Áreas como Antropologia, Neurociência, Sociologia da Criança foram crescendo, mas isso não tem significado, muitas vezes, um atendimento que contemple e que incorpore todas essas mudanças, porque isso implica outras questões, entre elas a formação dos seus profissionais, para que tenham consciência efetiva. Aqui vem uma denúncia muito séria: o trabalho da educação infantil na formação dos educadores ainda é fragilizado, inclusive pelas universidades, que não aprofundam suficientemente essa área de conhecimento, que muitas vezes ainda é optativa em alguns locais, feita em curto prazo, aligeirado. Então, há uma

necessidade, um conhecimento muito maior, muito mais profundo para que se atue numa área de tão grande importância.

Considerando tudo isso, a rede municipal de São Paulo tem hoje uma iniciativa que eu acho bastante significativa desde 2013, quando do seu início, quando se começou a discutir os indicadores de qualidade, que também é uma documentação do MEC. Esses indicadores, um material de muita qualidade, surpreendentemente são desconhecidos de grande parte das pessoas do Brasil, não só das de São Paulo.

Qual foi a proposta? A proposta foi que a rede de São Paulo, em parceria como MEC, fizesse um exercício de aplicação de seus indicadores, de forma optativa, no conjunto da rede de São Paulo. Quatrocentas e quarenta e uma unidades aderiram a esse exercício, que está sendo feito nas regiões, inclusive contemplando a rede pública e a rede direta e a conveniada. Há uma coisa muito importante de ser lembrada: esses indicadores são, na verdade, o primeiro movimento nacional de aplicação, porque uma coisa é construir indicador, outra é fazer a reflexão com o profissional que está no cotidiano com essa criança, identificando essas necessidades.

Então, nesse sentido, em 2013 foi feito todo um trabalho nas 13 regiões. Em 2014, houve todo um processo de reflexão e agora, em 2015, nós já estamos na fase de análise desses dados. A intenção é que esses indicadores sejam aplicados na rede como um todo. Qual o projeto? Este ano, nós fazemos 80 anos de educação infantil no Município de São Paulo e nós temos muito que comemorar. A gente acredita que esse documento é uma forma de contribuir com São Paulo com os indicadores nacionais, porque há algumas questões que, na aplicação, a gente identifica que são necessárias serem mudadas. Portanto, São Paulo está dando a sua contribuição nessa direção nacional. É a primeira grande rede. Nós tivemos um encontro técnico com pesquisadores do Brasil inteiro para discutir essa contribuição e pretendemos entregar isso nos 80 anos, que será em outubro, um evento muito grande que ocorrerá com a rede pública e conveniada. E aqui eu queria dizer como a gente encara a rede

conveniada: como uma rede parceira, como uma rede que tem muitas instituições de qualidade, que lutam por essas questões.

Eu posso dar um depoimento. A gente, agora, no início do ano, nesse período, assim que chegamos à Administração, visitamos as 13 regionais. Fizemos reuniões com todos os grupos nas 13 regionais. A rede conveniada sempre se colocou de forma proativa, sempre propositiva. E há algumas questões que estão sendo encaminhadas nessa direção. Entre elas o marco regulatório que está sendo discutido; a discussão dos grupos de estudo, inclusive, em relação à per capita; a discussão em relação a essa questão dos indicadores que tem um grupo já representando, mas que será ampliado.

Enfim, há várias e cada vez se aproximando mais, até porque quando somos parceiros precisamos de fato não ter nenhum tipo de preconceito. Ouvimos, em alguns lugares, falar da rede conveniada como um mal necessário. Quero dizer que não encaramos assim, a rede conveniada é um bem necessário, é importante e tem um papel social nesse processo. Isso não significa não defender a Educação Pública.

Há uma questão muito importante a ser percebida: queremos atender as crianças e na Educação Infantil ninguém pode ficar para trás. E hoje temos um déficit em São Paulo de 150 mil vagas. Se não houver um grande movimento, intenso para atendimento, essas crianças estão crescendo e crescem muito rápido. E o atendimento está sendo furtado e não está sendo furtado simplesmente em relação à condição que a família tem de possibilitar o trabalho, o acompanhamento, mas está sendo furtado de ter relações com outras crianças, de se aproximar do direito de fato de estar nessa faixa etária se constituindo como ser.

Acho também que há nessa reflexão alguns dados importantes. Podemos mostrar aqui a evolução do atendimento no público e no conveniado. É claro que na rede de pré-escola o público é maior do que no conveniado e na rede de creche é menor. Isso tem sido uma constante, o Professor já falou um pouco sobre essa tendência. Acho que é uma opção séria em termos de política pública, mas há um detalhe, não podemos nos furtar em momento algum

de fazer esse atendimento, de forma que não se ponha na testa das crianças: esse é público e aquele é conveniado. Todos têm direito a uma Educação de qualidade e esse é nosso grande desafio, constituir uma totalidade. É uma luta que São Paulo não pode deixar de encarar, de ter um déficit tão grande, embora tenha hoje o atendimento de 2.245 espaços de Educação Infantil.

Na semana passada fui convidada para ir a um município do Rio Grande do Sul, chamado Venâncio Aires. E o Secretário de Educação quando me recebeu disse: estamos com a nossa rede muito ampliada, temos 11 espaços de Educação Infantil. E quando disse a ele que tínhamos 2.245 em São Paulo, ele falou que não tinha nem a dimensão do que isso representava.

Então quero dizer a cada um que está aqui, nos últimos três meses, e diria que o Professor Chalita tem feito essa fala que para mim é muito forte, nós temos um compromisso sim ético com esse espaço que estamos ocupando. E não podemos simplesmente, por alguns princípios que não sejam muito profundos do direito, da responsabilidade social, abrir mão dessa discussão com a sociedade. Embora tenhamos que enfrentar várias discussões, temos de buscar alternativas sim. E não podemos continuar dando as costas para as crianças paulistanas.

Portanto, acho que essa é a maior discussão que temos de travar neste momento: como nos unirmos enquanto sociedade paulistana para dar não um futuro, mas um presente digno para que eles possam construir um futuro digno.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço a Secretária Adjunta, Emília Cipriano.

Vamos abrir a palavra aos presentes. A primeira inscrita é a Sra. Daniela Takara, da Associação de Surdos de São Paulo. A segunda é a Sra. Iraci Ferreira Leite. Então vou sempre anunciar o próximo para facilitar.

Antes de passar a palavra para a Daniela, quero registrar que ainda vamos realizar mais duas audiências. A próxima, no dia 14 de maio, sobre qualidade social da Educação. Depois, no dia 25 de maio, o financiamento da Educação no Município de São Paulo, e os índices do orçamento definindo a Educação no Município de São Paulo e o custo aluno/qualidade. Sempre às 10h e vamos avisar depois o local. O próximo deve ser aqui, o outro não.

Tem a palavra a Daniela por três minutos. Vou avisar quando estiver faltando um minuto para que possamos ouvir todo mundo. Na fala da Daniela, quem quiser se inscrever, por favor, é só se dirigir à mesa.

A SRA. DANIELA TAKARA – Bom dia. Sou Daniela e estou representando a Associação dos Surdos de São Paulo e primeiramente gostaria de lamentar a ausência de intérpretes de libras aqui, porque cheguei a esta audiência junto com mais dois companheiros surdos e assim que observamos que não havia intérpretes eles foram embora. Eu, que consigo ouvir, decidi ficar para fazer essa fala. No nosso entender quer dizer que pessoas desprovidas de audição não fazem parte do público desta audiência pública.

Então gostaria de lamentar profundamente isso. E agora, que foram anunciadas as outras audiência públicas, que fosse providenciado intérprete de libras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Será providenciado.

A SRA. DANIELA TAKARA – Obrigada. (Palmas)

Gostaria de dar o informe de que hoje, 23 de abril, é o Dia Nacional da Educação de Surdos, e aproveitando esse ensejo quero informar à Comissão, não sei se a rede toda sabe, mas a Prefeitura de São Paulo tem seis escolas bilíngues para surdos e duas escolas polos bilíngues, que estão na ativa como escolas bilíngues desde o final de 2011, a partir do ano letivo de 2012. E infelizmente não temos professores de libras, porque há essa função dentro da escola, mas não existe o cargo e também não há contratação de professores de libras para atuar nessas escolas.

Um professor de libras necessariamente precisa ter licenciatura em letras, com habilitação em libras, coisa que os professores da rede não têm, porque nunca foi pedido. Então peço uma sensibilidade maior desta Comissão de Finanças em providenciar e agilizar essa contratação, a criação de cargos e concurso para professores de libras para atender essas oito escolas de surdos que a rede mantém.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Informo que vamos providenciar para as duas próximas audiências, já estou pedindo para a assessoria da Comissão, até para que todos se sintam incluídos nesse debate.

A próxima é a Sra. Iraci Ferreira Leite, do Mova São Paulo. Em seguida a Sra. Aparecida Teixeira, do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação.

São três minutos e vou avisar quando estiver faltando um.

A SRA. IRACI FERREIRA LEITE – Bom dia a todos e todas. Venho falar da educação de jovens e adultos, pois foi falado que a educação infantil não fazia parte do Fundeb, e foi uma luta para ser incluída, e a educação de jovens e adultos também.

Nós ficamos pensando... temos vários representantes do MOVA São Paulo, uma parceria da sociedade civil com a Secretaria Municipal de Educação, para que a educação de jovens e adultos seja efetivada. Que esse direito que foi negado às pessoas seja, realmente, concretizado.

Agora pergunto: na distribuição da verba da educação, qual o lugar da educação de jovens e adultos?

Fala-se muito na educação infantil, e esses que não puderam estudar, aonde estão quando se distribui o orçamento?

Pensando que esses são homens e mulheres que cuidam das crianças que ficam nas creches.

Nós sabemos que, cada vez mais, quando se qualifica essas pessoas, melhora o

desenvolvimento dessas crianças da educação infantil.

O Professor Rubens perguntou quais seriam as medidas intermediárias para que se chegasse ao nível de só o Estado atender.

No final do ano passado, em relação à educação de jovens e adultos, o Governo Estadual fechou um programa que existia. Milhares de pessoas que queriam estudar foram encaminhadas para o Município – sabendo que este ainda não tem condições de atender todos. Então, pergunto: que medidas intermediárias seriam essas, pois, cada vez mais, se excluem as pessoas; negam a elas o direito à educação.

Obrigada. (Palmas)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – Pela oportunidade, Araci, o Sr. Prefeito sancionou uma lei que determina a distribuição de material escolar e alimentação para os alunos do MOVA. Acho que é uma luta histórica do movimento importante para registro.

Não precisamos falar da autoria. O que vale à pena é o que vai acontecer com os alunos.

Muito obrigado, Araci.

A próxima oradora é a Sra. Aparecida Teixeira e, em seguida, a Professora Sheila Mendes, do SEDIN.

A SRA. APARECIDA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Meus cumprimentos especiais à Mesa pela iniciativa desta audiência pública.

Nós sabemos o quanto é importante temos a oportunidade de falar.

Estou aqui representando o Cinesp e trago alguns documentos, porque, quando discutimos o PME, o que vai ser daqui para a frente, temos que olhar para o que foi até agora, para que esse documento seja construído e verídico.

Então, o Cinesp, para comemorar os 50 anos do ensino municipal, construiu um livro *A Memória Brinca*.

Foi feita uma ciranda com educadores ativos e aposentados que trouxeram a sua

vida e experiência para esse livro.

Assim, é um olhar daquele que fez a educação pública na cidade de São Paulo.

Aqui, nós vemos problemas que nos impactam até hoje: falta de módulo, sobrecarga de trabalho, falta de condições, problemas estruturais.

E essa Comissão de Finanças e Orçamento é muito importante para se fazer o acompanhamento do dinheiro público, de como ele está sendo usado, sem desperdício.

Para dar sequência a esse trabalho, o Cinesp construiu, também, uma série histórica há 10 anos, chamada *O retrato da Rede*.

Em todo o começo de ano é feita uma pesquisa em parceria com o Instituto Cultiva, do Sociólogo Roda Hidi. Trabalhamos com várias vertentes.

No ano passado, esse documento foi entregue na Câmara para todos os Srs. Vereadores. O Vereador Relator da Comissão de Educação utilizou esses documentos.

Então, para nós do Cinesp é muito importante trazer esses documentos e entregá-los aos Srs. Vereadores. Trouxemos os livros *A Memória Brinca*; em maio sairá *O Retrato da Rede* de 2015. Estará disponível em: www.cinesp.org.br, para todas as pessoas que quiserem conhecer a rede municipal de ensino.

Para nós o mais importante é que o Plano Municipal de Educação traga uma política de Estado e não, uma política de partidos que se alternam no Poder, pois isso é um dificultador para que as políticas educacionais sejam implantadas.

O foco maior desses documentos é buscar a eficácia e eficiência no ensino público.

Nós, também, defendemos uma gestão democrática em todas as instâncias.

Uma das coisas mais importantes na área pública hoje, um ponto que vem sendo destacado, é a necessidade da escuta democrática em todas as diretorias regionais de educação, para que os problemas sejam solucionados de imediato.

Uma vez que o Legislativo tem em suas mãos todos esses dados, ele passa, em nosso entendimento, a ser corresponsável pela educação da cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – Muito obrigado, Aparecida.

Tem a palavra a Professora Sheila e, em seguida, o Sr. Adão Alves dos Santos, da Associação Cantareira.

A SRA. SHEILA – Bom dia, nobre Vereador Paulo Fiorilo, na sua pessoa saúdo todos os componentes da Mesa; bom dia a todos os presentes, em especial, aos profissionais da rede direta do Município de São Paulo.

Meu nome é Sheila. Sou Diretora do SEDIN e, com muito orgulho, Professora da rede direta em duas unidades de educação infantil do nosso Município.

Hoje estamos discutindo o financiamento da educação no nosso Município e, na meta nº 1, pedimos a ampliação dos recursos destinados à educação pública para, no mínimo, 30% da receita, para o desenvolvimento do ensino, e 5%, no mínimo, para a educação inclusiva.

Nós do SEDIN, através da nossa Presidente Claudete Alves, defendemos ainda mais: que esses recursos sejam destinados ao financiamento para a rede direta da educação e, na parte que cabe à educação infantil, seja destinada à rede direta e não como vem sendo feito há anos, em vários governos, inclusive, no Governo atual, de terceirização e convênios.

Nós do SEDIN defendemos a unificação da educação infantil por meio dos CEMEIS. (Vaias)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – Vou pedir silêncio para que possamos ouvir quem está falando. Todos terão o direito de falar.

A SRA. SHEILA – Defendemos a unificação da educação infantil através dos CEMEIS, otimizando os recursos para a rede direta, suprimindo a demanda existente em nosso Município, tornando, assim, um ensino público de excelência.

Sei que muitos de vocês que estão aqui não conhecem o trabalho da CEMEI, o qual defendemos.

Tomaria muito tempo para explicar o trabalho a vocês, mas, *grosso modo*, consiste em atender, no mesmo equipamento crianças de zero a cinco anos de idade, respeitando as suas especificidades e a jornada dos profissionais existentes na rede.

Quem se interessar por essa bandeira, nós do SEDIN estamos abertos, para que entendam o trabalho que acontece, convido-os a visitar o CMEI Parque do Lago, na DRE Campo Limpo.

Aproveitando o que a Professora Emília disse a respeito da formação dos educadores infantil, da primeira infância, o SEDIN em convênio com a Faculdade Uninove conseguiu 60 bolsas de estudo em pós-graduação para os profissionais da rede e filiados ao Sindicato. A pós-graduação se chama Educação Infantil Pedagogia Freiriana.

Então, pensando na especificidade e na formação, o que é essencial para nossas crianças.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – O próximo orador é o Sr. Adão. E ainda temos 14 inscritos que poderão falar dentro do tempo.

O SR. ADÃO – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Vereador Paulo e a toda a Mesa.

Vou pegar um ponto da Professora Emília: o que se fala e o que se faz.

Do ponto de vista do que se pensa, eu gostaria que o atendimento fosse todo público, claro! Mas, do ponto de vista da prática, hoje isso é impossível.

Nós temos que trabalhar sempre com essa questão da possibilidade que temos hoje. Temos convênios com o Movimento para a creche e, principalmente, para o MOVA, onde eu estudo.

A educação de adultos é aquela função da educação pública que, na verdade, não existe.

Se não fossem os convênios – até porque a condição dos adultos impõe que seja

assim. Os atendimentos são, necessariamente, nas Igrejas, nas comunidades, em espaços onde o público não consegue ir.

Ou seja, se terminarem os convênios, como é que vão ficar essas pessoas que têm na educação de adultos, no MOVA, muito mais do que uma questão educacional. É uma questão de sociabilização, uma questão de convivência. Isto é, há uma necessidade premente, no sentido que essas pessoas quando atingem uma idade em que a escola já não mais o alcance tenham o atendimento em algum lugar.

Hoje, infelizmente, a única proposta para isso são os convênios que precisam continuar. (Palmas)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – Obrigado, Sr. Adão.

A próxima oradora é a Sra. Lurdinha e, depois, o Sr. João Galvino.

A SRA. LURDINHA – Bom dia senhoras e senhores; Professora Emília; Vereador Paulo Fiorilo; Vereador Ricardo Nunes; e o Professor da USP.

Todos têm algo a dizer, e nós também.

A nossa querida Professora Emília disse algo que me tocou, sobre as fraldas pintadas.

Ocorre o seguinte: nós transportamos as crianças das fraldas pintadas, e esta é a minha posição como representante do Sindicato de Transporte Escolar – sou, também, Professora. O projeto que nós queremos apresentar inclui um transporte escolar com uma certa pedagogia. É importante lembrar que o veículo escolar, hoje – cerca de 13 mil veículos, quase o número de carros urbanos -, não tem importância alguma dentro do contexto da sociedade em qualquer lugar do Brasil e, em São Paulo, isso é pior ainda.

Graças a Deus, os Vereadores desta Câmara, aos quais agradeço, estão empenhados em mostrar que o transporte escolar tem a ver com a educação, junto com o Sindicato.

E é por isso que estou aqui hoje nesta audiência pública da educação.

Gostaria muito que a Secretaria da Educação entendesse que nós fazemos a mesma coisa que os senhores – com a diferença de que é dentro do veículo escolar.

Para que isso seja verdade, é necessário que seja incluído um projeto nosso, pois o veículo escolar tem, sem sombra de dúvidas, que educar durante o trajeto.

As Secretarias todas elas, sem exceção, fazem campanhas, ou de vacinação ou de qualquer outra atividade, mas não usamos os veículos escolares com a finalidade que precisamos.

Professora, temos, ainda, o TEG, que tem uma verba muito pequena e, com isso, está havendo uma exclusão muito grande no transporte escolar gratuito, de crianças muito pobres, inclusive, crianças portadoras de algumas necessidades especiais, crianças entre seis ou sete anos que estão com o passe livre, mas que não podem ir para a escola sozinhas.

É preciso revermos essa situação.

Entendo que a verba é pequena e que a verba para a educação não é a ideal, mas, com isso terminamos com um enxugamento que nos faz chegar à seguinte conclusão: o transporte escolar e a educação andam de mãos dadas são a saída para o brasileiro, para que sejam educadas crianças e adolescentes, a fim de que sejam nossos representantes no futuro, mas isso está sendo parado por falta de verba e de compromisso – o qual, nesta gestão, já temos com os Srs. Vereadores.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. Presidente (Paulo Fiorilo – PT) – Tem a palavra o Sr. João Galvino.

O SR. JOÃO GALVINO – Bom dia, quero cumprimentar a Mesa e a todos.

Hoje é o início das discussões por esta Comissão, a qual dá continuidade às audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação, que apresentou substitutivo – muito bem elaborado quanto a todos os temas.

O pulmão da Secretaria é a educação infantil, mas temos outras parcerias, como a da educação especial e da educação de jovens e adultos, só para citar alguns exemplos.

Pegando a história da educação infantil na cidade de São Paulo, ela tem uma história progressiva e não há como deixar de falar de marcos importantes: ela avançou nas administrações populares que nós tivemos na Cidade. Nós tivemos duas administrações populares: as das Prefeitas Luiza Erundina e da Marta Suplicy e, agora, a do Prefeito Fernando Haddad.

Nesta administração, estamos avançando na questão do atendimento da educação infantil e discutindo a qualidade, com formação dos educadores, das condições desses equipamentos.

Então, defendemos que a educação pública hoje na cidade de São Paulo possui debates enviesados, como, por exemplo, a função pública da propriedade privada.

Temos muitos parceiros, e não há como discutirmos o fim das parcerias. Temos que ter a convivência com eles.

Temos trabalhado muito a progressão do investimento na educação infantil, tanto salarial dos educadores, na questão do custo-aluno e qualidade e também no investimento dos equipamentos diretos. Porém, tem de haver um processo em que não dê para deixar de continuar a ampliar os atendimentos. Educação pública se faz com financiamento público, com dinheiro público e com profissionais da Educação e equipamento público de qualidade.

Era isso, obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Renate Keller.

A SRA. RENATE KELLER – Sou da Associação Comunitária Monte Azul que participa do Fórum de Educação Infantil das Creches Conveniadas. Estou há quase 40 anos na luta pela educação infantil de qualidade na cidade de São Paulo. Acho um equívoco dividir os equipamentos entre público e privado. Privado, para mim, são as escolas privadas mantidas pelo pagamento dos pais e que tem fins lucrativos. As entidades, as comunitárias e os convênios são serviço público. Turvamos totalmente a nossa visão se colocarmos na

dicotomia: privado é aqui, como se fosse mercado; e público tem que ser estatal. Para mim público não tem de ser estatal. Público é convênio, são os contratos com as entidades sem fins lucrativos, com entidades sérias aonde a parceria é fiscalizada, é controlada. Acho que temos de parar de chamar disputa pelo espaço, nada a ver! (Palmas) Obrigada. Temos de estar preocupados com o atendimento da criança com qualidade. E isso há tanto na rede conveniada quanto na pública.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra Márcia Dias.

A SRA. MÁRCIA DIAS – Bom dia a todos, bom dia a Mesa. Na realidade quero falar da questão específica do financiamento, e eu não sei quem é, mas falo especialmente com Sempla.

Comi dito no início, não há no Brasil a cultura para discussão do financiamento. Estamos construindo há alguns anos e temos de fortalecê-la. Nós, da Educação, construímos muito bem os projetos para o setor, só que na hora de concretizar caímos numa armadilha, caímos no pensamento mágico, com uma varinha de condão vamos conseguir tudo. Pior ainda, com um pensamento paternalista em que o Governo resolva todas as questões, sem necessariamente ter a participação popular. Estamos trabalhando para essa desconstrução. Nesse ponto entra a Sempla. Para haver ampliação da participação popular temos de contar com Sempla em parceria com a Secretaria da Educação para que tenhamos oficinas de entendimento do orçamento da Educação. E nessas oficinas trabalhar uma política de orçamento participativo para a Educação. E que pais, alunos, profissionais da Educação participem da questão do Orçamento, entendendo que dentro do orçamento, que é o que temos para gastar, como disse o Prof. Rubens, temos de escalonar as metas. Sabemos o que queremos, mas em quanto tempo vamos conseguir cada uma delas? Somos professores, precisamos da ajuda da Secretaria de Finanças.

Falando enquanto CEU, precisamos pensar na educação inclusiva que também é uma grande disputa. Represento os CEUs da cidade e quando pensamos que é preciso ampliar um polo de desenvolvimento da comunidade, um polo irradiador de educação integral na perspectiva de Cultura, Esporte e Lazer, só vamos conseguir ampliar se fortalecermos a educação inclusiva pensando de forma escalonada, mas que consigamos ter um CEU em cada distrito desta cidade, nos 96 distritos.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Anuncio a presença do Vereador Rubens Calvo.

Tem a palavra o Sr. José Ivo da Ação Comunitária.

O SR. JOSÉ IVO – Bom dia a todos. Gostaríamos de destacar a importância da qualidade, e falo enquanto educação infantil onde militamos com mais intensidade nos últimos anos. Destaco a relevância de haver mais investimento na rede conveniada devido à dificuldade de manutenção dos convênios em São Paulo, principalmente para que haja espaço para formação dos professores, que com a atual carga horária é muito difícil. Nesse sentido a participação nesta audiência pública é muito importante.

Também é importante salientar a abertura que a Secretaria da Educação está dando para participação das organizações da sociedade civil na discussão do marco regulatório com a criação do grupo de trabalho com as entidades e o Governo está participando. Ali estamos construindo perspectivas para que a qualidade, o financiamento, a quantidade de recursos para a rede conveniada seja atualizada, para que haja melhores condições de trabalho. É importante chamar a atenção dos Vereadores, quando for discutido o Orçamento que possamos valorizar, em consonância com o marco regulatório, mais recursos para que as organizações tenham condições de ter um planejamento qualificado com recursos para a gestão. Hoje praticamente não há recursos o planejamento da gestão das organizações

Também a valorização do poder público para a formação dos profissionais para gestão das entidades prevista pelo marco regulatório.

Este espaço é importante para a valorização da rede de educação infantil da cidade de São Paulo, que passa necessariamente pela valorização da rede conveniada. Essa valorização é importante para que possamos contribuir na formação dessa política pública.

Obrigado a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra Soraia.

A SRA. SORAIA – Primeiramente, congratulo-me com a Câmara Municipal de São Paulo que tem feito esforço, tem ido aos bairros, participei da audiência Câmara em Seu Bairro, lá em Pirituba, e foi sensacional. Parabéns também aos Vereadores que estão aqui.

Quero dizer que tenho muito orgulho de ser professora da rede direta, são 30 anos que ingressei. Vou dizer mais, ficarei ainda mais orgulhosa o dia que eu perceber que a rede conveniada, que os educadores que nela atuam são tão respeitados quanto nós da rede direta.

(Palmas)

Gostaria de sinalizar que no movimento que começou em 2010 e não finalizou, tivemos a felicidade de ver que, de 2014 para cá, estamos tendo vários avanços em relação ao plano original.

Em relação ao aqui pautado, sinalizo que este ano de 2015, inclusive com calendário próprio, houve dois momentos de avaliação institucional, incluindo professor da rede conveniada, vão se dedicar a aplicar os indicadores de qualidade da educação infantil garantido por portaria. Em junho as escolas vão parar em relação ao que conseguiram consolidar para encaminhar as propostas em comitê permanente. Isso é educação com qualidade social, quando a escola tem coragem de avaliar, tem coragem de mudar o que precisa e respeito para cobrar o que precisa ser melhorado.

Em relação às questões apontadas, ontem mesmo tive a oportunidade de ver um

debate no Canal NBR, que falava sobre a política de cotas no País. O País cresceu e triplicou o acesso dos jovens indígenas, negros através da política de cotas e dos FIES. Esse movimento não pode ficar de lado porque foi apontado nesse debate que não apenas a necessidade de incluir os negros e, sobretudo, os pobres na política de ensino superior se não houver uma política para o ensino básico. Parabéns para nós que estamos nos digladiando, no bom sentido, para que haja avanços.

Quero dizer que tenho muito orgulho de ver o quanto a ousadia do Prefeito Haddad vem determinando fortemente junto aos secretários, à bancada de aliados no sentido de exigir qualidade social na educação. Sem essa qualidade social o mundo não muda, mesmo que direitos trabalhistas, na noite anterior, foram violentamente ameaçados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Darci.

A SRA. DARCI – Eu sou do Fórum da Educação Infantil. O que vou falar é que nós, conveniadas, parecemos o patinho feio da história. Nós não temos nada contra as diretas, pelo contrário. Achamos as diretas as nossas parceiras. Cada um está fazendo a sua parte. Mas parece que somos o patinho feio da história. Fico assim porque são 30 anos.

A primeira creche que teve em São Paulo foi uma conveniada no Ipiranga. Nós lutamos, nós, a comunidade, fomos para a rua, lutamos por creche, mães crecheiras. Conheço muitos aqui que lá estavam e lutamos por creches, não importa se direta, se conveniada. Mas em cada lugar que nós vamos somos massacrados. Fico muito triste que um professor da USP em vez de se preocupar com o que está ensinando às pedagogas, e está mau o ensino, vou dizer que está mau porque nas nossas creches há pedagogas que são sabem escrever. Estou mentindo? (Palmas)

Então, o professor das USP devia se preocupar com o que estão ensinando e não em saber se as crianças estão na direta ou na conveniada. Eu quero que a criança paulistana seja atendida porque a demanda é grande. A Prefeitura não consegue atender pelas creches

diretas. Então, aonde entra uma conveniada nem a Prefeitura consegue entrar. Quem conhece a comunidade é a conveniada! (Palmas)

Quero deixar claro, aqui não é um cabo de guerra, se é convênio ou não convênio, estamos lutando por um atendimento de qualidade porque as crianças paulistanas merecem qualquer que seja, de um lado ou do outro, conveniada ou não.

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Wilson Fiuza.

O SR. WILSON FIUZA - Bom dia, Presidente, bom dia Mesa, camarada Enéas, continuamos na luta.

Quero dizer o seguinte, nós pertencemos à instituição, Instituto Kuara e faço parte da Executiva do Fórum de Educação Infantil.

Quero dizer que são as redes conveniadas que garantem um padrão de qualidade diferenciado no Município de São Paulo. São verdadeiros militantes na área da educação infantil.

Nós, da rede conveniada, atendemos quase 80% das crianças do Município de São Paulo, e quero lançar um desafio aqui a essas pessoas que estão presentes, ao Secretário, aos movimentos populares. Não vamos nos preocupar com as crianças que atendemos, porque elas já estão bem assistidas, mas vamos avançar para melhorar, porque tem muita distância entre a escola pública e a conveniada.

Vamos nos preocupar não com o que a rede já atende, mas vamos colocar as outras 150.000 crianças para dentro das escolas. Só assim realmente conseguimos cumprir o papel da política pública no Município de São Paulo.

Parabéns à rede conveniada.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Rita.

A SRA. RITA – Bom dia. Sou de uma creche conveniada, e trabalho como Diretora há muitos anos.

Achei muito bacana o discurso de cada um, mas sem dinheiro ninguém vai a lugar nenhum. A verdade é essa. Não somos mercenários, somos seres humanos que precisam cumprir com seus compromissos todos os dias.

Nós precisamos pagar o salário do professor, mas há muita diferença entre a direta e a conveniada. Isso é ruim. Se não está sendo suficiente, tem de mudar o orçamento, então todo mundo tem de participar.

O colega falou que 80% está resolvido. Não está resolvido, porque ela pode começar a quebrar as conveniadas, e isso complicará para o Governo também.

As creches têm de ser mantidas. “Ah, mas tem o outro lado que depende da organização”. A organização também, muitas vezes, não consegue. Então tem de mexer no orçamento, senão não vai adiantar.

O professor precisa se atualizar, mas ele não tem dinheiro porque ele tem de pagar suas contas, como todos aqui.

Ninguém trabalha porque é bonzinho, não. Somos trabalhadores, então precisamos ganhar o salário. Agora, para isso, precisamos mexer no Orçamento urgentemente, porque se as conveniadas começarem a quebrar, minha amiga, não vou querer nem ver o resto que vai acontecer. O mundo está mudando, está aí, somos empresários, temos que ser empresários igualmente, porque ninguém trabalha de graça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Concluídas as intervenções dos presentes, vou passar ao Vereador Toninho Vespoli, o Relator da Comissão de Educação, ao Vereador Ricardo Nunes, membro da Comissão de Finanças, para depois ouvirmos o Professor e a Secretária-Adjunta, e, assim, encerrarmos esta primeira audiência da Comissão de Finanças.

Lembro que a próxima audiência será no dia 14 de maio e tratará da qualidade social da educação. O Vereador Ricardo Nunes sugere também “inclusão”. Depois, no dia 25

de maio, trataremos do financiamento da educação no Município de São Paulo, do índice de orçamento destinado à educação no Município e do custo-qualidade inicial.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Queria cumprimentar o Vereador Paulo Fiorilo, o Vereador Ricardo Nunes, a Emília, o Rubão, todos que estão neste importante debate para a construção de um plano municipal melhor para a cidade de São Paulo.

Fico contente de escutar a Emília falando sobre a questão democrática, até porque ontem o Chalita também esteve na Comissão de Educação, e ele colocou bastante essa questão da participação popular, da gestão popular. E fico muito contente porque foi assim que o nosso plano foi construído. Na Relatoria da Comissão de Educação, nós chamamos o GP, que ajudou a fazer todo um processo de discussão no chão das escolas, das creches, em 2010, que depois culminou numa conferência municipal sobre educação. E pegamos aquele documento como subsídio para pensar o Plano Municipal de Educação. Também pegamos o Plano Nacional de Educação, que tinha sido recentemente aprovado, para também ser um outro elemento base da nossa discussão. E não apenas pegamos o documento como também fizemos um grupo de trabalho, chamamos todas as organizações para conversar, e fizemos, na Comissão de Educação, cinco debates internos e depois mais cinco audiências públicas. Ou seja, esses cinco debates geraram um primeiro documento, que foi levado às audiências públicas e que gerou o documento final aprovado na Comissão de Educação.

Tem um elemento muito importante, até porque o Rubão chamou a nossa atenção na discussão: a questão do financiamento. O Rubão, que na época ajudou na discussão numa das audiências públicas, colocou que o certo é discutir toda a política educacional, o que queremos para esses dez anos, bem como colocar meta de financiamento para o final. Aliás, como ele mesmo falou, é difícil ter planejamento neste país, e, mesmo quando há, às vezes não são concretizados. Faz-se uma linda peça, mas depois não tem realmente o dinheiro para implementar a peça.

Colocamos como Meta 1 o financiamento da educação, porque, senão, teremos uma peça fictícia. Teremos um plano muito bonito, mas não teremos dinheiro para implementar a peça. E como também foi falado aqui, foi aprovado, no Plano Nacional, os 10% do PIB para a educação. E já vi Secretário de Educação falando que na hora que colocamos uma média para estender o MD de 25 para 30%, estaremos colocando os bois na frente charrete, é o contrário, deveria ser isso mesmo. São Paulo é a cidade econômica mais importante desse País. São Paulo é o motor das políticas públicas. Quando fazemos uma lei aqui na Cidade de São Paulo mesmo, que às vezes não afete tanto a Cidade de São Paulo, ela ganha uma repercussão, porque ela acaba permeando as outras casas legislativas das outras cidades. Pensar na contribuição que São Paulo, sim, mesmo que ainda não tenha implementado toda a discussão como deve ser esses 10% do PIB de educação, é importantíssimo São Paulo ser protagonista e o carro chefe para fazer essa discussão sobre a questão do financiamento. Até porque muitas das reivindicações de vocês não serão atendidas, com certeza, porque se ficarmos com esse financiamento que temos hoje na Cidade de São Paulo, que é 25% para MDE. Então assim, nem nas diretas e nem nas indiretas serão atendidas se não tiver uma briga, fortemente para aumentar a verba da educação.

Outra questão, acho importante a participação, entender sim a questão do orçamento como funciona. Mas as decisões são políticas. Não são burocráticas ou mecânicas, na hora em que decidi em Brasília, cortar 14 bilhões para educação e não cotar dinheiro para os banqueiros, isso é uma decisão política. Temos de entender muito bem sim, como é com o mecanismo que funciona o orçamento, mas as decisões que são tomadas nesse País, são decisões políticas. Na hora em que os pobres que pagam impostos bem mais altos de forma indireta, esses sim, também são decisões políticas tomadas, onde a propriedade do campo, não paga quase nada, porque esse pessoal do agro negócio, ganha muito dinheiro nesse país e não quer pagar imposto. Essas decisões são políticas. A decisão para discutir verbas, também para a educação aqui é uma decisão política e tem de ser tomada.

Não sou daqueles que são contra, ou de um lado ou de outro lado, mas a questão que é tratada aqui é muito serio, ou seja, houve uma decisão política de vários governos de se aumentar o atendimento de forma indireta. Isso é uma decisão política e essa decisão política tem um impacto no atendimento. Digo que sei de várias organizações que faz um excelente atendimento. Por exemplo: Associação Monte Azul, sempre ouço, nunca tive a oportunidade de lá visitar, que faz um bom atendimento. Mas aqui os senhores têm de ter a ideia de que não podem olhar para o umbigo dos senhores e dizer, se tenho um bom atendimento, todos estão. Podemos fazer em conjuntos muitas visitas, que eles vão ver casa sem condições de atendimento, de forma indireta e aí são essas as crianças que os senhores estão defendendo que também estão lá de forma precária. Concluindo. Fiquei chocado quando foi cobrado aqui do professor. Quando foi falado que, se os profissionais não tem qualificação, estão sendo contratados pelas entidades, para mim isso é um problema, e quando vejo os senhores batendo palmas, vocês estão colhendo com isso, ou seja, estão sendo contratados na rede indireta profissionais que não em qualificação. No atendimento direto é muito difícil passar em concurso público.

Os profissionais que estão na rede indireta são ruins; nem sabem direto escrever. Então, a gente tem que ter muita preocupação com o atendimento também das indiretas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Estamos fazendo um debate público. Eu não estou aqui entrando no mérito.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não vamos fugir e perder a oportunidade desse debate isso. Há pessoas da Secretaria que já falou. Estejam tranquilos e tranquilas.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – O projeto do Plano Municipal de Educação passou pela Comissão de Educação. O relator foi o Vereador Toninho Vespoli. Agora o projeto está na Comissão de Finanças, cujo relator é o Vereador Paulo Fiorilo. A boa democracia é assim.

Haverá grandes alterações na Comissão de Finanças. Respeitamos o trabalho do Vereador Toninho Vespoli e daquela comissão. A gente tem que fazer algumas alterações no substitutivo do Vereador Toninho Vespoli, com relação às conveniadas, porque é claro que a gente tem que ter as conveniadas. O Vereador Toninho Vespoli é professor de Matemática. Nós tivemos aqui, até setembro de 2014 do ano passado, alguns dados que a nossa professora Emília já falou, mas é bom repetir. Na rede direta, há 54 mil crianças em creches, e, na conveniada, 168 mil crianças. Então, é mais do que óbvio que nós temos que valorizar as conveniadas. O que a gente precisa fazer agora é começar um trabalho junto ao Plano Municipal de Educação, para fortalecer as conveniadas. Eu sou diretor de uma entidade que tem convênios. Nós temos cinco mil crianças conveniadas, com muito orgulho.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – São cinco mil crianças atendidas lá, com muita qualidade. Eu tenho muito orgulho disso.

É muito fácil vir aqui e fazer discursos contra a conveniada. Os números estão aqui. Nós temos 75,72% das crianças em conveniadas. Nós fazemos churrasco lá para complementar, porque a verba da Prefeitura não dá. Nós damos uma contribuição para a Prefeitura e para a Cidade. Essa é a grande verdade. Nós somos fiscalizados pelos supervisores da Secretaria Municipal de Educação. Há alguns discursos estranhos dizendo que as conveniadas estão fazendo favor, como se a Prefeitura já tivesse feito favor para as conveniadas. É o contrário: Nós, conveniados, é que prestamos favor à Prefeitura, porque nós cuidamos das crianças que a Prefeitura deveria cuidar e, no decorrer dos anos, não cuidou.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Números são números. Há 168 mil crianças em creches conveniadas.

Uma coisa importante falada aqui foi com relação à ideia do orçamento participativo da Educação. Eu fui relator do orçamento de 2015. Nós fizemos aqui as audiências públicas,

em 72 horas, para discutir a melhor forma de direcionar o orçamento. Fizemos muitas alterações na pasta da Educação. Quanto ao TEG, havia 128 milhões de reais. A gente acrescentou 28 milhões de reais e o valor foi para 148 milhões de reais. Melhoramos o recurso do uniforme e do material escolares. Houve várias alterações que foram advindas da participação das audiências públicas, onde as pessoas vieram. É muito importante discutir o orçamento, porque é, no orçamento, que a gente vai decidir como é que as coisas vão caminhar. Então, é muito importante para a gente, Vereador, estar hoje, nesse auditório cheio, e até haver as posições divergentes. O que eu fico feliz é que as posições que são contrárias àquilo que a gente defende são muito fracas. Não têm subsídios. Vamos deixar forte, para poder persistir e entender que nós estamos indo ao caminho certo. Isso é superimportante.

Eu queria falar também para as pessoas que são contra a questão dos convênios. Nós temos, por exemplo, a questão de adultos, superimportante. Poderia acontecer num salão da paróquia, na associação comercial. Isso não teria condições de ser executado pela rede municipal. Outra coisa superimportante é a educação especial. Há uma entidade chamada Caminhando na minha região. Ela atende pacientes, alunos com síndrome de Down. Há um problema sério, porque atrasaram no pagamento de uma guia do ISS, e está bloqueado o pagamento da Educação. Estão fazendo “vaquinha” para compor isso. Então, a dificuldade que as conveniadas têm, tanto de creche, como da alfabetização de adultos, como de educação especial, é muito grande. Alguns pensam que as conveniadas são inimigas. Não são. É preciso pararem com isso. É uma hipocrisia enorme. Têm que parar com isso.

Para concluir, é importante a gente ter um trabalho muito forte, porque existe o risco realmente de as conveniadas, numa hora, quebrar. Santa Marcelina entregou, no ano passado, duas creches na zona Leste. Então, nós precisamos recuperar esse trabalho com as conveniadas e melhorar. Aumentamos recursos, porque são muito pequenos. As pessoas têm que fazer churrasco e vender rifa para poderem se sustentar.

Os senhores têm aqui um Vereador 100% defensor da conveniada. Eu quero

contribuir com o meu querido relator, Vereador Paulo Fiorilo, para que a gente possa fazer o melhor plano municipal. Agradeço muito a nossa querida professora Emília, que fez uma apresentação fantástica. Agradeço também todos os funcionários da Educação que estão aqui e todas as pessoas que vieram participar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Rubens, professor, para as suas considerações.

O SR. RUBENS – O que eu gosto, na democracia é exatamente isso: Sobra para todo mundo aqui dentro, sobra para quem está defendendo o transporte, sobra para Vereador que fez um projeto, sobra para gente que está na universidade e sobra para quem está na creche conveniada ou na direta. Democracia é isso. Estou chamando atenção a isso, porque a gente está vivendo num clima onde há multidões querendo negar justamente isso. A gente parte desse pessoal que lutou, para que todo mundo tivesse aqui, nesse momento, a possibilidade de divergir, não concordando e se posicionando. Então, isso é muito sério e válido. (Palmas)

Segundo, eu não tenho dúvidas de que há disputa. Desculpem-me não fazer referência ao Mova, que é excepcional. É uma condição de atendimento que começou com Paulo Freire, frente à Secretaria Municipal de Educação. Há uma grande pressão na questão da Educação Infantil. A demanda por atendimento de jovens e adultos, no Estado de São Paulo e no Brasil, é fundamental, seja pelo atendimento da rede pública, seja por meio dos movimentos de alfabetização que existem no Brasil inteiro. A gente tem que buscar essas pessoas e o movimento faz justamente isso.

Terceiro, eu não tenho dúvidas de que, quando eu falei que a disputa é da relação público-privada, é porque existe mais de uma forma de relação público-privada. Quando falo do transporte escolar, não é um convênio, é um contrato. Então, vamos ver quanto custa. É uma forma de relação público-privado. É outro jeito. Se ele vai ser mais adequado ou não, é um jeito

de se pensar a educação. Já fui de uma secretaria, quando a criançada ficava, por duas horas, dentro de um ônibus. Esse é o verdadeiro transporte escolar, porque ela ficava mais tempo no transporte do que na escola. Então, se a gente pensar no jeito de fazer, de repente, a gente pode até pensar em educar de um modo melhor. Aí nós estamos falando de uma educação de um modo amplo. Agora a educação escolar é algo sistemático, exige profissionais, seja no âmbito do setor privado, seja no âmbito do setor público. A gente tem que formar bem as pessoas. Quanto à universidade, sobrou desde quota, que sou favorável, até dizerem que a gente está formando mal. É verdade. Grande parte das pessoas formadas, nas universidades, tem uma qualidade deficitária mesmo. Então, a gente tem que atentar a isso. Por isso que, quando a gente pensa, nos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal, a gente tem que pensar nisso. Todos nós sofremos com falta de qualidade. Não é só um setor ou outro. Por que tenho a minha convicção? Porque as elites deste País não consideram a educação pública, a educação das massas, como sendo um valor da formação dos cidadãos do Brasil. Por isso, não vão destinar recursos para isso.

De onde a gente tem que tirar e colocar? Eu não tenho dúvida de que história, inclusive da rede pública, começa com o setor privado, da creche e da pré-escola. Começa lá. É assim que começa. Agora não tenho dúvidas também de que a questão do atendimento hoje é preferencialmente feito por setor privado, conveniado, porque foi uma opção política. Não tenho dúvida. Agora por quê? Porque custou mais barato. Essa foi a questão, essa foi a destinação. Se a gente pensa que esse é o modelo que a gente quer para uma educação de dez anos, a gente não vai chegar a 10% do PIB. Mais ainda, nesse pensamento, a gente compactua com aqueles que não querem ter uma educação de qualidade para todo mundo neste País. Essa é a questão.

Portanto, a gente tem que entender. Vejam. Quem trabalha hoje, nas conveniadas, é o pessoal que tem certa formação, tem certa qualidade e tem também os direitos trabalhistas, que, muitas vezes, são negados. Quando são negados, para onde recorrem? Para o setor que

o contratou. Infelizmente parece que a lei agora está querendo aprovar a pior coisa. Vai ficar muito pior. Então, a gente tem clareza dessas coisas. Para onde vamos aos próximos anos? Podemos estar perdidos. Isso significa uma luta de foices mesmo. Por isso que, quando a gente está falando do atendimento no setor privado e no setor privado, em especial das creches, a gente está falando que esse atendimento fica sim. Dos 160 mil, 160 mil, mas temos que crescer o setor público, para poder fazer frente a uma condição de cidadania, inclusive para aqueles que hoje estão trabalhando no setor privado possam prestar concurso, possam ter estabilidade, possam ter condições de trabalho mais adequado, possam ter um valor muito maior e assim por diante. Essa é a condição real que a gente tem que enfrentar.

É claro que a gente tem o olhar no nosso dia a dia. Nós temos que pagar as nossas contas, todos, do setor público e do setor privado. Todos nós somos explorados. Portanto, não tenho dúvida disso. A minha perspectiva é para pensar num plano de longo prazo, de dez anos. A gente tem que crescer e estagnar, congelar o atendimento hoje, numa perspectiva de atendimento maior, para no futuro, em dez anos, ampliando o setor público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Emília Cipriana, Secretária Adjunta.

A SRA. EMÍLIA CIPRIANA – Passou-me pela cabeça uma série de questões. Gostaria muito de me reportar a várias questões que aqui foram colocadas. Eu quero fazer o registro primeiro que o Prof. Rubens acaba de fazer, de desculpas ao Mova. A Sra. Iraci é uma grande parceira na caminhada. Naquela verdade, a gente tinha inclusive um material. Íamos falar do atendimento. Isso é reflexo, porque, na verdade, a gente não tem dado a devida atenção ao Mova. Essa é uma questão. Refletindo aqui, a gente termina não dando o devido valor. Isso não é por acaso, porque senão a gente teria priorizado iniciado isso na fala.

Então, quero retomar a questão. No nosso plano de metas, nós temos, na verdade, a proposta de 20 mil vagas para o EJA, a criação de mais CIEJAS - isso faz parte - a implantação do pré-EJA e a meta de 10 mil vagas para o Pronatec, para a Educação

Profissional. Por que estou dizendo isso? Porque essas são metas colocadas, as quais temos que viabilizar. Além disso, quero falar desse movimento que o professor também colocou. Quero reforçar a quebra de alguns paradigmas. Na hora em que eu escuto o outro, eu me revejo e me olho. Eu ouvi argumentos aqui de natureza mais diferentes, conceituais, políticos, ideológicos, relacionais e psicológicos. Essa escuta faz-nos crescer muito. Duvido que alguém saia daqui não se perguntando sobre algumas questões. Em alguns momentos, a gente concordava com alguns e depois discordava com outros. Esse pensamento em reconstrução e desconstrução de algumas coisas que a gente lidou, como verdades absolutas, precisa ser repensado por nós. Eu acho que esse é o caminho para quem quer, de fato, transformar uma realidade.

Convido a todos para que a gente continue o debate. Quanto àquilo que não foi falado, não vamos esquecer que esse plano não é para hoje. Há ainda dez anos à frente. Portanto, temos que pensar isso a longo prazo e todas as implicações. Quem vai estar construindo esse caminho somos nós, com autoria, com reflexão, com diálogo, mas principalmente nos respeitando como seres que estão, de fato, querendo construir uma sociedade diferenciada.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço a presença de todos. Como relator, essa será uma experiência única de quebra de paradigmas. Espero que a briga de foices não ocorra no escuro e que a gente possa fazer o debate democrático plural, ouvindo todo mundo e tentando, a partir daí, trabalhar essas questões, que são tão importantes sob o ponto de vista do financiamento.

Agradeço a Secretaria Municipal das Finanças, os Vereadores que participaram e a Assessoria da Secretaria, da Câmara e dos Vereadores.

Declaro encerrada a primeira audiência pública ao PL 415/2012, de autoria do Executivo.

